DIREITOS DO AUTISTA NO BRASIL - EVOLUÇÃO E RECONHECIMENTO

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Michelle De Queiroz Xarino
Felipe De Almeida Campos
Leticia Da Silva Almeida
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O Autismo é um transtorno global do desenvolvimento acometido antes, durante ou logo após o nascimento.
Caracterizado por um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento.
Essas diferenças podem existir desde o nascimento e serem óbvias para todos; ou podem ser mais sutis e tornarem-se mais visíveis na vida.
O TEA (Transtorno do Espectro Autista) tem recebido bastante destaque nos últimos anos em todo o mundo e, portanto, os direitos do autista se tornaram um tema abordado também na área jurídica.
O termo “espectro autista” foi introduzido em 1980, quando o transtorno autista foi incluído pela primeira vez no manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais.

Objetivo

A Lei Berenice Piana (12.764/12) e os direitos de pais com filho autista, também conhecida como lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, asseguram diversos direitos para as pessoas com autismo e seus familiares.

Material e Métodos

Os materiais utilizados para realização desse estudo, foram pesquisas na internet, sites oficias, google acadêmico, blogs e instagram de pais autista, grupos de ajuda com pais que vivenciam esse “boom” de crianças e até adultos com diagnóstico tardios, experiências pessoais em clínicas de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, pesquisa no manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5), pesquisa em documentários.

Resultados e Discussão

A Lei Berenice Piana (12.764/12) e os direitos de pais com filho autista, também conhecida como lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, asseguram diversos direitos para as pessoas com autismo e seus familiares.
Esses direitos tratam da inclusão de crianças autistas em escolas regulares, a disponibilização de profissionais de apoio para acompanhá-las, a criação de programas de inclusão no mercado de trabalho e o acesso a serviços de

saúde e assistência social.
Além disso, a lei prevê medidas para proteger os direitos dos autistas em situações de violência, abuso e exploração.
Apesar do progresso na legislação, ainda há muitos obstáculos a serem superados.

Conclusão

Os benefícios para autistas que se estendem aos seus pais são garantidos por lei de modo a promover inclusão e auxiliar nas dificuldades que a família enfrenta no dia a dia.
Não é segredo que a rotina do autista e de seus familiares demandam cuidados maiores e, por consequência, também há muitas barreiras.
Por isso, a obtenção dos benefícios precisa ser a solução e não mais uma barreira.
A legislação brasileira reforça que os direitos dos autistas precisam ser respeitados .

Referências

- Autismo e realidade.org
- @familiaatipicatea
- @atypicalautism.br
- @cbiofmiami
- Revista neurodiversidade
- https://autismoerealidade.org.br
- https://www.politize.com.br/direitos-do-autista-no-brasil/#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.146%2F2015,Defici%C3%AAncia%20(BPC%2FLOAS).
- https://genialcare.com.br/blog/autista-na-educacao/